



MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
ENTIDADE PROMOTORA	MUNICÍPIO DE CIANORTE
SOLICITANTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E OUTRAS
PREFEITO DO MUNICÍPIO	MARCO ANTONIO FRANZATO

O Município de Cianorte, Estado do Paraná, torna público a quem interessar possa que: Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 31/2023 e demais legislações aplicáveis, que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, para o Registro de Preços mediante as condições estabelecidas neste edital.

Tipo	Maior Percentual de Desconto por Lote
Do local	Portal de licitações da Caixa Econômica Federal
Endereço eletrônico	https://licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx
Credenciamento	Até 08:30 horas do dia 18/03/2025.
Recebimento das Propostas e Habilitação	Até 09:00 horas do dia 18/03/2025.
Abertura e julgamento das propostas	Até 09:00 horas do dia 18/03/2025.
Início da sessão de disputa de preços	A partir das 10:30 horas do dia 18/03/2025.
Referência de tempo	Horário de Brasília (DF).
Não será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação e/ou propostas além do previamente estabelecido no edital.	

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços visando à Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, funilaria, borracharia, entre outros, bem como, a aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados**, a fim de atender as necessidades da Prefeitura do Município de Cianorte, conforme especificações descritas no ANEXO III.

1.2. Os órgãos participantes do presente procedimento são:

CENTRO DE CUSTO	CÓDIGO
DIV. GESTAO CONTROLE DE FROTAS	21
FUNREBOM	86
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9
SECRETARIA DE SAÚDE	8
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL	28

1.3. A divulgação do orçamento estimado não terá caráter sigiloso, sendo disponibilizado em arquivo à parte no momento da publicação do edital.

1.4. O objeto será aglutinado em lotes conforme anexo III, pelos motivos explicitados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor máximo estimado do presente edital é de **R\$ 5.785.800,00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos reais)**.

2.2. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO
253	0800210301000720483390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
253	0800210301000720483390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
348	0800810302000920603390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
353	0800810302000920603390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
358	0800810302000921453390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
364	0800810302000921453390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
255	0800210301000720483390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
255	0800210301000720483390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS -	303



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

		PESSOA JURIDICA	
285	0800310302000920513390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
284	0800310302000920513390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
286	0800310302000920513390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
285	0800310302000920513390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
355	0800810302000921453390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
361	0800810302000921453390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
269	0800310302000920493390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
268	0800310302000920493390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
333	0800710303000720593390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
336	0800710303000720593390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
270	0800310302000920493390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
269	0800310302000920493390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
346	0800310302000920493390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
310	0800410304000720563390300000	MATERIAL DE CONSUMO	510
308	0800410304000720563390300000	MATERIAL DE CONSUMO	510
345	0800810302000920603390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
350	0800810302000920603390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
313	0800410304000720563390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	510
310	0800410304000720563390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	510
317	0800510122000720573390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
320	0800510122000720573390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
319	0800510122000720573390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
322	0800510122000720573390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
406	0800510122000720573390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
335	0800710303000720593390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
338	0800710303000720593390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
427	0800710303000720593390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
572	1300108244001920983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
578	1300108244001920983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
574	1300108244001920983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
580	1300108244001920983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
168	0600604122000421983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
168	0600604122000421983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
167	0600604122000421983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
167	0600604122000421983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3104
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3104
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31013
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31013
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31043
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31043
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1013
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1013
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1013
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1013
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1043
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1043
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	107
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	107
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	107
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	107
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3104
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3104
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS -	3107



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

		PESSOA JURIDICA	
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3107
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3103
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3103
232	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	515
231	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	515
232	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3515
231	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3515
234	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	515
233	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	515
234	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3515
233	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3515

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Haverá uma Ata de Registro de Preços por lote, que será firmada entre o Município e a(s) licitante(s) vencedor(as).

3.2. Os lotes listados no ANEXO III, não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços.

3.3. As licitantes para as quais forem adjudicados lotes constantes do ANEXO III e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento/execução dos referidos lotes até o término da sua vigência. O Município de Cianorte não se responsabilizará por prejuízos financeiros resultantes de uma expectativa de compra, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso.

3.4. Fica vedada a participação do órgão ou entidade que compõe a Administração Municipal em mais de uma Ata de Registro de Preços com mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

3.5. Não será permitido a adesão à presente Ata de Registro de Preços de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

3.6. Serão adjudicados os itens aos licitantes que apresentarem as melhores propostas/lances, nos termos da cláusula 14.5 deste edital.

3.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da data de sua assinatura, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos.

3.7.1. Para fins de aplicação do contido no §7º, do artigo 25, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica estabelecido como índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

3.7.2. Caso seja prorrogado conforme estabelecido na cláusula anterior, as partes poderão, reajustar o valor registrado de acordo com o índice IPCA - (Índice Nacional De Preços ao Consumidor Amplo), ou na falta deste, por outro índice de preços oficial ou não, que reflita a variação dos preços, no período do reajuste.

3.7.3. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2. Tendo em vista o tratamento diferenciado estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a concorrência dos lotes do ANEXO III deste Edital será distribuído da seguinte forma:

4.2.1. Para objeto demonstrado nos lotes **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 17 do ANEXO III**, a participação será **ampla** a todas as empresas;

4.2.2. Para objeto demonstrado no lote **16 do ANEXO III**, a participação será **exclusiva às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI)**, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações

4.3. Neste certame também serão aplicados os benefícios do Decreto Municipal nº 125/2016 para os lotes cujo valor se enquadrem em seu artigo 6º (lotes exclusivos ou reservados para ME/EPP/MEI), de modo a promover o desenvolvimento econômico e social em **âmbito local**.

5. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO JUNTO AO PORTAL DE LICITAÇÕES CAIXA

5.1. Para participar deste Pregão, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

5.1.1. CADASTRO:

5.1.1.1. O CADASTRO deve ser adotado **somente aos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA**, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: aba “CADASTRO”, escolher a opção “Pessoa Física” ou “Pessoa Jurídica”, preencher os dados do PRÉ-CADASTRO, concordar com o TERMO DE ADESÃO e “CONCLUIR O PRÉ-CADASTRO”.

5.1.1.2. No momento do pré-cadastro, o sistema valida as informações registradas e, caso haja divergência, informa o Licitante os campos que necessitam de ajustes.

5.1.1.3. Após a validação das informações do pré-cadastro, o sistema confirma a operação e apresenta a mensagem: “Seu Pré-cadastro está em análise. Deseja imprimir o termo de adesão?” “Sim/Não”.

5.1.1.4. O sistema também enviará mensagem por e-mail: “Notificação de Registro do Pré-cadastro”.

5.1.1.5. Após validação pelo sistema, dos dados com a base de dados da Receita Federal, o sistema conclui o CADASTRO e envia ao Licitante mensagem de e-mail confirmando a conclusão e certificação do cadastro e a senha de acesso provisória, que deverá ser validada e trocada em até 48 horas.

5.1.1.6. Caso a validação e a troca de senha não sejam efetuadas no prazo estipulado, a senha expirará e será necessário solicitar nova senha por meio de contatos disponibilizados pelo Atendimento CAIXA.

5.1.1.7. A nova senha de acesso deve ser elaborada, obrigatoriamente, de acordo com as orientações recebidas por e-mail.

5.1.1.8. Quando há divergência nos dados, o sistema envia e-mail ao Licitante para notificar do cadastro não concluído e orienta entrar em contato com a central de atendimento CAIXA, por meio dos telefones acima.

5.1.1.9. Para os Licitantes que estejam com certificação expirada ou suspensa, para regularização, o representante legal da empresa deve comparecer a uma agência da CAIXA, munido dos documentos originais abaixo:

a) Pessoa Física: Documento de Identificação Pessoal; CPF; Comprovante de endereço e Procuração (quando for o caso).

b) Pessoa Jurídica: Contrato Social e Alterações; Procuração do Representante Legal (quando for o caso); Documento de Identificação Pessoal do representante da empresa; CPF e Comprovante de endereço.

5.1.1.10. A Procuração deve ser elaborada por meio de instrumento público ou particular com firma reconhecida e deve ser acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.



5.1.1.11. Sendo proprietário da empresa, sócio, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentado o Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.1.2. CREDENCIAMENTO:

5.1.2.1. A interessada também deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO específico para este pregão até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar login por meio da opção “Acesso ao Sistema”, em seguida “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, na “Área do Licitante” marcar a opção “Licitação CAIXA/Pregão Eletrônico”, escolher a opção “Credenciamento em Novos Certames”, localizado no quadro “Minhas Atividades”, marcar Comprador “Conveniados”, selecionar o certame desejado, clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência, marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.

5.1.2.2. Até o dia e hora indicados para o credenciamento, a licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar. Decorrido esse prazo não será possível quaisquer alterações para participação neste Pregão Eletrônico.

5.1.2.3. O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente processo.

6. DO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, no sistema eletrônico, não cabendo à Caixa Econômica Federal ou ao Município de Cianorte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiros firmes e valiosos a sua proposta e seus lances.

6.3. Se o sistema de pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail aos participantes, e no próprio endereço web onde ocorria a sessão pública.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange ao subitem supra.

6.5. No caso de desconexão apenas do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensão e será reiniciado somente após comunicação via e-mail aos participantes.

7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

7.1. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

7.2. FORMAS DE ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES:

7.2.1. ENVIO DAS PROPOSTAS:

7.2.1.1. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, por meio do endereço Eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Enviar/Alterar Proposta e Documentação”, localizado no quadro “Minhas Atividades” → selecionar o item desejado → anexar a Proposta Comercial → digitar o valor proposto → clicar no botão “Enviar Proposta”.

7.2.2. ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

7.2.2.1. Toda a **HABILITAÇÃO** também deverá ser enviada, impreterivelmente, no mesmo momento do envio das propostas comerciais. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO/VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, localizado na área logada do fornecedor.



7.2.2.2. Para participação nos certames da CAIXA, a documentação de habilitação deverá ser mantida no repositório de documentos, localizado no cadastro do licitante na área logada do Portal de Licitações CAIXA.

7.2.2.3. A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ser anexada a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na área logada do fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o dia e a hora indicados no preâmbulo do edital.

7.2.2.4. As documentações de habilitação deverão ficar armazenadas no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. **Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência das possíveis validades e documentos necessários para a participação no certame.**

7.2.2.5. A proposta e a documentação vinculada ficam disponíveis na coluna PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO, após vincular toda a documentação exigida, confira e, para confirmar a participação no item, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.

7.3. Findo o período de recebimento das propostas, a partir do horário previsto no sistema, terá início à fase de abertura das propostas, momento no qual o pregoeiro avaliará a aceitabilidade de cada uma delas, classificando as que atendam as exigências do Edital e desclassificadas aquelas que não atendam.

7.4. O pregoeiro desclassificará, fundamentalmente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital, ou aquelas que forem manifestadamente inexequíveis, comparadas aos preços constantes nesse Edital.

7.5. Os licitantes cujas propostas estiverem em desacordo com esse edital serão comunicados da sua desclassificação, ficando desta forma impedidos de participar da sessão de lances. Tais licitantes poderão fazer sua manifestação de intenção de recurso depois de divulgado o vencedor do certame no link intenção de recurso.

7.6. Após a fase de “classificação das propostas”, o pregoeiro dará sequência ao processo de pregão, passando para a fase da “sessão pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiveram suas propostas classificadas, sendo vencedor aquele que oferecer o **Maior Percentual de Desconto por Lote**. Os lances serão aceitos tendo como teto o menor valor apresentado na proposta inicial oferecida pelos concorrentes do pregão eletrônico.

7.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.8. O encerramento da recepção de lances será automático, determinado aleatoriamente, pelo sistema eletrônico, através de horário randômico, com intervalo de **até 30 (trinta) minutos**, contados a partir do horário definido para término do recebimento dos lances.

7.8.1. O tempo randômico é gerado pelo sistema, não sendo possível ao pregoeiro sua administração.

7.9. Assim que o lance for confirmado com sucesso, será apresentado o número do registro, que também será enviado no e-mail de confirmação do lance e servirá como comprovante de que o lance foi registrado, devendo ser utilizado, obrigatoriamente, em eventuais recursos e/ou questionamentos.

7.10. Sendo aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e respectivo horário de registro e valor.

7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades fixadas em lei.

7.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as seguintes condições:

a) No intuito de obter uma melhor ordem de classificação, as licitantes poderão realizar lances independentemente do menor lance já realizado.

b) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

c) Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

d) O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

e) Casos não se realizem lances serão verificados a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



7.13. Ao final da fase de lances, no caso de o menor valor obtido ser de empresa sediada fora do âmbito local de acordo com o Decreto Municipal nº 125/2016, e havendo ME/EPP/MEI sediada localmente em que o valor final de seu lance ou proposta estiver dentro da margem de preferência de 10% (dez por cento) em relação àquele, será considerado empate ficto.

7.14. Diante da ocorrência da situação do item anterior, haverá a possibilidade da ME/EPP/MEI sediada localmente exercer direito mediante apresentação de nova proposta com valor inferior àquele considerado como vencedor, e, caso não exerça, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.15. Verificadas as condições quanto ao item **7.13** e caso a empresa que ofertar o menor preço **não** estiver enquadrada como ME/EPP/MEI, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese em que o preço ofertado por 01 (uma) ou mais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais for até 05% superior ao menor preço efetivo serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16. Na hipótese do melhor classificado ser microempresa ou empresa de pequeno porte, fica inviabilizada a regra do item anterior, ressalvado a condição do item **7.13**.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate no prazo estabelecido pelo sistema, e, caso não exerça, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.18. Aplicados os benefícios da LC 123/2006, caso haja empate entre duas ou mais propostas, os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.19. Caso não haja desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná.

7.19.2. Empresas brasileiras;

7.19.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço.

7.21. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.22. As negociações serão realizadas por meio do sistema.

8. DAS PROPOSTAS

8.1. As propostas apresentadas no sistema deverão indicar a validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação. A anexação da proposta (na forma do modelo do ANEXO III) na plataforma da Caixa é condição obrigatória entre os licitantes, sob pena de desclassificação da empresa.

8.2. Não havendo a indicação do solicitado acima, ficará entendida a aceitação das condições previstas neste Edital.

8.3. A licitante deverá oferecer proposta considerando o quantitativo total por lotes a serem licitados especificados no ANEXO III, sendo vedada a apresentação de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada lotes no ANEXO III.

8.4. Considerando que os itens/lotos que compõem a Proposta de Preços (ANEXO III) não demandam entrega diferenciada, tampouco quaisquer outros aspectos que possam interferir no preço final, na formulação da proposta de preços o licitante deverá apresentar preço único para cada item/ lote.

8.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o prazo ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

8.6. Os licitantes declaram haver levado em conta, na apresentação da proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e para-fiscais, bem como, os tributos incidentes, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.



- 8.7. Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.
- 8.8. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) com preço manifestamente inexequível ou superior aos praticados no mercado,
- 8.9. O valor da proposta não poderá ser superior ao especificado no anexo III, sob pena de desclassificação do mesmo.
- 8.10. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do objeto, quanto às quantidades e características do mesmo, devendo constar todas as informações relativas a empresa, expressas no **ANEXO III** e assinatura em todas as vias, sob pena de desclassificação dos lotes alterados.
- 8.11. Em ocorrendo divergência nos preços da proposta na versão impressa e na versão digital lançada no sistema da caixa, prevalecerá a de menor preço.
- 8.12. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição dos materiais/prestação de serviços objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.
- 8.13. A licitante deverá, se for o caso, mencionar em sua proposta impressa, a MARCA para o produto ofertado, e ainda, descrever a MARCA na proposta eletrônica se o sistema assim permitir.
- 8.14. Não serão aceitos na entrega, materiais de marca diferentes daquelas constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentarem mais de uma marca para um único item, ou, se for o caso, Fabricante, o Município reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier.
- 8.15. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.
- 8.16. Nos preços propostos não haverá alteração em razão de encargos ou por qualquer outra despesa advinda do fornecimento dos materiais.
- 8.17. Entendem-se por encargos, referentes à proposta, o tributo (impostos, taxas), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, impressos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.
- 8.18. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos da proposta, poderá ser ajustado pelo licitante no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração dos valores propostos.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Compreende condição para HABILITAÇÃO a anexação conforme item 7 deste edital na plataforma da CAIXA dos seguintes documentos:

9.1.1. Habilitação Jurídica:

a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, devidamente acompanhados de todas as alterações que foram feitas no respectivo documento. Caso haja "Consolidação", poderá ser apresentada somente a Consolidação e alterações posteriores. Para microempreendedores individuais (MEI) apresentar o **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual** com validade de até 180 dias contados da data de emissão.

9.1.2. Qualificação Econômico-Financeira:

a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Recuperação Judicial**, expedida pelo Cartório Distribuidor, da matriz da pessoa jurídica. As licitantes em recuperação judicial deverão encaminhar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório. (acórdão 1201/2020-TCU).

9.1.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a) **Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ), emitida até 180 dias antes da data de seu recebimento.

b) **Prova de regularidade relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** do domicílio da empresa.

c) **Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual** do domicílio da empresa.

d) **Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais**, do domicílio da empresa e caso exista filial no Município de Cianorte a prova de regularidade desta também deverá ser apresentada.

e) **Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.



f) **Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT)** com data de emissão não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura e julgamento, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.

g) **Comprovante de Inscrição Cadastral – CICAD**, ou **Cadastro de Inscrição Estadual**, referente à inscrição da empresa junto a Receita Estadual (somente para os itens/lotos que compreendem a aquisição de material). (Documento dispensado para MEI).

9.1.4. Qualificação técnico-profissional e técnico operacional:

a) **Licença Ambiental (ou a comprovação de Dispensa nos termos da Legislação Ambiental, quando for o caso)** em atendimento à necessidade do correto manejo dos materiais utilizados para a manutenção mecânica e a imprescindibilidade do descarte sustentável dos resíduos (**Somente para os lotes 4, 5, 6, 10, 11 e 12 que compreendem o manuseio de lubrificantes, óleos/graxas**).

b) Caso a licitante esteja localizada a uma **distância rodoviária superior em 5 (cinco) km do limite do Município de Cianorte**, deverá apresentar **DECLARAÇÃO** de que caso seja vencedora, que providenciará a abertura de empresa dentro desse limite, devendo ser apresentado em relação a essa oficina, toda a documentação pertinente (habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica, etc), no prazo improrrogável de até 15 dias úteis após o final da sessão de julgamento das propostas/lances, como condição para homologação e assinatura do contrato (É dispensada essa declaração para as empresas localizadas dentro do limite de 5 km do Município de Cianorte no dia da sessão de julgamento).

9.1.5. Outras declarações

a) **Declaração da licitante conforme modelo ANEXO IV, de:**

a-1) Idoneidade e inexistência de superveniente impeditivo de licitação.

a-2) Atendimento aos requisitos de habilitação.

a-3) Reserva de cargos.

a-4) Art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

a-5) Atendimento dos direitos trabalhistas.

a-6) Enquadramento da empresa como ME/EPP/MEI.

Obs.: A exigência do subitem “a-6” é somente para as ME/EPP apontadas no item 4.2.2.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. Para julgamento será adotado o critério de **Maior Percentual de Desconto por Lote**, observadas as especificações definidas nesse Edital.

11. DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

11.1. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

11.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame. O pedido deverá ser protocolado no setor de protocolos do Município de Cianorte ou encaminhado através do e-mail pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br.

11.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.2. DOS RECURSOS

11.2.1. Findo o prazo para habilitação e após a divulgação do vencedor do pregão, na forma eletrônica, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões através do e-mail ou pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br, ou ainda no formulário eletrônico disponibilizado no endereço site da www.licitacoes.caixa.gov.br.

11.2.2. Caso haja licitante com intenção de interpor recurso nas condições do item anterior, ser-lhe-á concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar memorial de recurso, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, facultando-se aos demais proponentes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr imediatamente após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, sendo que os recursos e contrarrazões poderão ser encaminhados por meio eletrônico ou físico, devendo ser anexados e enviados através do e-mail pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br.

11.2.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.2.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. DA PROPOSTA:

12.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- Contiverem vícios insanáveis;
- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.1.2. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências da habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

12.1.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no art. 59 da Lei n.º 14.133/2021, podendo-se adotar, dentre outros, quaisquer dos seguintes procedimentos:

12.1.3.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

12.1.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

12.1.3.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

12.1.3.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

12.1.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

12.1.3.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

12.1.3.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

12.1.3.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

12.1.3.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

12.1.3.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

12.1.3.11. Estudos setoriais;

12.1.3.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

12.1.3.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.2. DA HABILITAÇÃO:

12.2.1. Na fase de habilitação das licitações serão observadas o atendimento aos requisitos de habilitação previstos no item 9 deste edital, sendo que a ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

12.2.2. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

12.2.3. As **microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual** poderão sanear defeitos constatados na **habilitação fiscal, social ou trabalhista** apenas se apresentarem na sessão todos os documentos previstos neste capítulo, mesmo que contenham algum vício. A ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

12.2.3.1. Constatado algum vício na documentação fiscal, social ou trabalhista apresentada por **microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**, será concedido para a licitante sanear os defeitos na documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando imediatamente agendada a continuação da sessão neste mesmo prazo. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

12.2.3.2. Permanecendo vício na documentação, a Comissão declarará a empresa inabilitada e procederá a abertura dos envelopes de documentação das demais empresas obedecendo à ordem de classificação.

12.2.4. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e serão observadas as seguintes disposições:



- Apresentação da declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.3. Caso recaia suspeitas ou haja provocação por terceiros sobre eventual impedimento de licitar pelos licitantes vencedores, a qualquer tempo o Pregoeiro; os Membros da Comissão; ou a Procuradoria Jurídica; poderão sanear as dúvidas mediante a consulta aos seguintes Cadastros:

- Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, – entre outras consultas a órgãos pertinentes. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4. O documento apresentado que não expressar o prazo de validade deverá ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias sob pena de inabilitação da proponente, ressalvada às condições para ME/EPP/MEI previstas na Lei Complementar nº 123/2006 ou outra lei específica que determine o prazo de validade.

12.5. O pregoeiro a seu critério no caso de eventuais divergências ou suspeitas nas documentações para fins de habilitação juntadas no site da CAIXA, poderá requisitar os respectivos originais ou cópias autenticadas para suprir a dúvida de autenticidade. Ainda, no caso da declaração de enquadramento como ME/EPP, a mesma poderá ser confrontada com as disposições da legislação vigente, em especial, a Lei 123/2006, sendo que a comissão poderá realizar diligência em prazo a ser estabelecido para apurar a veracidade dos termos declarados.

12.6. Quando a empresa for representada por diretor, sócio ou gerente, a capacidade de representação será verificada em face do próprio contrato ou estatuto social.

12.7. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

12.8. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.9. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.10. Após o fim da fase de lances/negociação, o Pregoeiro realizará o agendamento para que as licitantes anexem obrigatoriamente a proposta ajustada dos itens classificados em seu favor no site da Caixa.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital e encerradas as fases de julgamento e habilitação o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço. Exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que após constatação da regularidade dos atos praticados efetuará a adjudicação e homologação da licitação.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar prestar o serviço pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

14.2. A Proponente vencedora será convocada a assinar a Ata de Registro de Preço em até 05 (cinco) dias após a homologação e adjudicação do objeto da licitação feita pelo Prefeito. O não comparecimento, sem justo motivo,



implicará em aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto licitado, bem como, poderá ser suspensão do direito de participar de licitações do Município de Cianorte por até 05 anos.

14.3. A execução do objeto da presente licitação dar-se-á no período de vigência da respectiva ata.

14.4. A ciência da empresa para a assinatura da ata poderá se valer por qualquer meio, tais como telefone, e-mail, correspondência, jornal, entre outros.

14.5. Da formação do Cadastro de Reserva:

14.5.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro: i) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e; ii) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.5.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

14.5.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.5.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses: i) quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou ii) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 160 e 161 do Decreto Municipal nº 31/2023.

14.5.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6. A Administração Pública Municipal poderá promover a atualização dos preços registrados, nos termos do que dispõe o artigo 156 e 157 do Decreto Municipal n.º 31/2023.

14.6.1. Para ser mantido o equilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, poderá ser solicitada pelo fornecedor/prestador, antes do fornecimento dos itens, a atualização dos respectivos preços devendo ser observado para tanto o que dispõe o artigo 158 do Decreto Municipal n.º 31/2023.

14.7. DO CANCELAMENTO DA ATA OU PREÇO REGISTRADO

14.7.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I. For liberado;

II. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/21;

V. Praticar ato inidôneo superveniente ou comportamento irregular;

VI. Não aceitar o preço revisado pela Administração.

VII. Houver substancial alteração das condições do mercado.

14.7.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I. Pelo decurso do prazo de vigência;

II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

IV. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

14.7.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.7.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.



15. DA GESTÃO DO CONTRATO

15.1. DA FISCALIZAÇÃO

15.1.1. O acompanhamento e fiscalização das prestações dos serviços e/ou fornecimento de bens e materiais do presente contrato e demais atribuições descritas nos art. 8º e 9º do Decreto Municipal n.º 31/2023 serão realizadas pelos seguintes fiscais de contrato: Cristiele Fabricio, Jaqueline Felix Correia Reis, Marcos Antonio Dos Santos, Sabrina Garcia Mendes, Eliabe Luro de Lima, Aline Mendes Osorio, João Paulo Maricato e Fabricio Rosário Meira.

15.1.2. As atribuições administrativas do presente contrato, especialmente as descritas no art. 7º do Decreto Municipal n.º 31/2023 serão realizadas pelos seguintes gestores de contrato: Claudia Cristina de Paula, Danielle Regina Alberti, Alessandro da Silva Brito e Rodrigo Caldeira de Moura.

15.2. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.2.1. O pagamento será efetuado em **até 10 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal**, após conferência quantitativa e qualitativa pela Divisão responsável pelo recebimento, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance e mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativo aos Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual do domicílio da empresa;
- c) Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Prova de regularidade desta também deverá ser apresentada;
- d) Prova de regularidade relativo de FGTS;
- e) Prova de regularidade relativo aos Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ).

15.2.2. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada na ata para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

15.2.3. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$; TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

15.3. A Licitante contratada deverá manter durante a execução do contrato/atas todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

15.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.4.1. O prazo para o conserto ou manutenção dos veículos será de até 2 dias úteis. Caso esse prazo não seja razoável para os serviços de alta complexidade ou dependa de peça de difícil acesso, o mesmo poderá ser prorrogado, desde que haja justificativa aceita pelo fiscal de contrato, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

15.4.2. O Recebimento do objeto será realizado:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

15.4.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

15.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.4.5. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.4.6. A Divisão de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitados pelos órgãos usuários,



respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos.

15.4.7. Fazendo-se a opção pelo recebimento provisório, que terá prazo de 5 dias úteis, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos, e consequentemente aceito, no prazo de 10 dias úteis a contar do término do recebimento provisório.

15.4.8. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

15.4.9. A convocação dos fornecedores pela Divisão de Licitações será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

15.4.10. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

15.4.11. Quando comprovada uma dessas hipóteses, a Divisão de Licitações poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

15.4.12. Deverá ser observada a garantia previstas nos termos do Código de Defesa do Consumidor ou o prazo apontado pelas Secretarias interessadas no descritivo de cada item/lote.

15.5. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.5.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não assinar a ata de registro de preços ou o contrato nos prazos estabelecidos neste edital ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.5.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 as seguintes sanções:

• Advertência:

- Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

• Multa, sendo:

- Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.
- Moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% do valor da Ata de Registro de Preços licitada, pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens/lotos ofertados. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.



• **Impedimento de licitar e contratar:**

– Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

• **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:**

– Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar disposto no item “15.5.2, inciso III” e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5.3. As sanções previstas nos “incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II do mesmo artigo.

15.5.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.5.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.6.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.6.2. A análise dos critérios para verificação de ocorrência dos motivos para extinção contratual previstos observarão o Decreto Municipal n.º 31/2023, bem como as disposições contidas no Decreto Municipal nº 141/2020.

15.6.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido



a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

15.6.4. Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a extinção Contratual e a aplicação da multa.

15.6.5. A extinção do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

15.6.6. Declarada a extinção do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, não criando dificuldades de qualquer natureza.

16. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Caso a licitante, em qualquer das fases da licitação e/ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou execução de contrato firmado com este ente público, praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública elencado no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013 e Decreto Federal 11.129/2022 ficará submetido à responsabilização objetiva administrativa regida pelo Decreto Municipal 141/2020 e sanções descritas no art. 6º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da responsabilidade penal. Para o disposto neste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

16.2. Se os atos previstos como infrações administrativas à Lei de Licitações n.º 14.133/2021 ou a outras normas de licitações e contratos da Administração Pública forem tipificados como atos lesivos na forma da Lei Federal 12.846/13, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, no mesmo processo aplicando-se o rito procedimental do Decreto Municipal 141/2020.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento da Ata de Registro de Preços ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.2. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, assim como, submeter documentos que considerar de caráter técnico a análise do corpo técnico da divisão responsável.

17.3. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão Especial do Pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc, por parte dos proponentes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

17.4. A apresentação da proposta pela licitante, implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.5. O pregoeiro poderá solicitar Parecer Técnico da área requisitante, sobre a Proposta de Preços apresentada pela licitante classificada, em relação à conformidade com as condições definidas no edital e seus anexos. Assim



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

como para sanar dúvidas, erros ou falhas quanto ao julgamento das propostas e na verificação da documentação de habilitação, de maneira que não altere a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata específica e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.13. Caso o edital seja retificado/alterado com a necessidade de remarcação de datas, as propostas devem ser lançadas novamente na plataforma da Caixa.

17.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>, ou a disposição dos interessados na Divisão de Licitações do Município de Cianorte, no horário das 09h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

17.15. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.16. Ao Município de Cianorte fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada por razões de interesse público derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o MUNICÍPIO poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis nº. 14.133/21 e suas alterações. O Município poderá ainda prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – MINUTA DE ATA;
- ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO;
- ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CIÊNCIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, CUMPRIMENTO COM AS EXIGÊNCIAS DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, VALOR DA PROPOSTA COMPREENDENDO A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E NÃO IMPEDIMENTO E ENQUADRAMENTO DA EMPRESA;
- ANEXO V – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 24 de Fevereiro de 2025.

Kelly Karolyne Ickert
Secretária Municipal de Administração



ANEXO I

MINUTA DA Ata de Registro de Preços Nº <Número_Contrato>/<Ano_Contrato> – LCT/PMC PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 meses

O MUNICÍPIO DE CIANORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 76.309.806/0001-28, com sede no Centro Cívico Edno Guimarães, 100, nesta cidade de Cianorte – Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Marco Antonio Franzato**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.037.024-4/SSP-PR, inscrito no CPF sob o n.º 306.800.859-04, considerando o julgamento da licitação modalidade Pregão nº 18/2025, resolve registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na **Lei Federal nº 14.133/2021**, Decreto Municipal n.º 31/2023 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, funilaria, borracharia, entre outros, bem como, a aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados**, conforme especificações contidas no edital de **Pregão nº 18/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Os órgãos participantes do presente procedimento são:

CENTRO DE CUSTO	CÓDIGO
DIV. GESTAO CONTROLE DE FROTAS	21
FUNREBOM	86
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9
SECRETARIA DE SAÚDE	8
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL	28

2. DO PREÇO REGISTRADO

2.1. Ficam registrados os preços, observada a ordem de classificação, da empresa <Nome_Fornecedor>, pessoa jurídica de direito privado, com sede à <Endereço_Fornecedor>, <Bairro_Fornecedor>, CEP <Cep_Fornecedor>, na cidade de <Cidade_Fornecedor>-<Estado_Sigla_Fornecedor>, inscrita no CNPJ/MF sob nº <CNPJ_CPF_Fornecedor>, telefone <Fone_Fornecedor>, Email: <Email_Fornecedor_Contato>, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. <Nome_Representante>, portador da Cédula de Identidade <RG_Representante>/<Órgão_Emissor_Representante> e do CPF <CPF_Representante>, residente e domiciliado em <Cidade_Fornecedor>-<Estado_Sigla_Fornecedor>, ao final assinado, conforme os seguintes preços dos lotes abaixo relacionados:

<Itens_Contrato>

3. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

3.1. O fornecimento do produto/serviço registrado nesta ata será requisitado através das Secretarias Municipais interessadas, mediante a elaboração de contrato ou nas hipóteses previstas no art. 95 da **Lei Federal nº 14.133/2021** **poderá ser requisitado** por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço.

3.2. Cada nota de empenho conterá no mínimo:

- I. Número da Ata;
- II. Quantidade do produto/serviço;
- III. Descrição do produto/serviço;
- IV. Local de entrega/execução do serviço;
- V. Dotação orçamentária onerada;
- VI. Valor.

3.3. O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O Município de Cianorte adotará todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.



4.2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados através do Órgão Oficial Eletrônico do Município de Cianorte.

5. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da data de sua assinatura, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

5.2. Caso seja prorrogado conforme estabelecido na cláusula anterior, as partes poderão reajustar o valor registrado de acordo com o índice IPCA - (Índice Nacional De Preços ao Consumidor Amplo), ou na falta deste, por outro índice de preços oficial ou não, que reflita a variação dos preços, no período do reajuste. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES:

6.1. O acompanhamento e fiscalização das prestações dos serviços e/ou fornecimento de bens e materiais da **Ata de Registro de Preços e dos Contratos dela decorrentes** e demais atribuições descritas nos art. 8º e 9º do Decreto Municipal n.º 31/2023 serão realizadas pelos seguintes fiscais de contrato: Cristiele Fabricio, Jaqueline Felix Correia Reis, Marcos Antonio Dos Santos, Sabrina Garcia Mendes, Eliabe Luro de Lima, Aline Mendes Osorio, João Paulo Maricato e Fabricio Rosário Meira.

6.2. As atribuições administrativas da **Ata de Registro de Preços e dos Contratos dela decorrentes**, especialmente as descritas no art. 7º do Decreto Municipal n.º 31/2023 serão realizadas pelos seguintes gestores de contrato: Claudia Cristina de Paula, Danielle Regina Alberti, Alessandro da Silva Brito e Rodrigo Caldeira de Moura.

7. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Administração Pública Municipal poderá promover a atualização dos preços registrados, nos termos do que dispõe o artigo 156 e 157 do Decreto Municipal n.º 31/2023.

7.2. Para ser mantido o equilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, poderá ser solicitada pelo fornecedor/prestador, antes do fornecimento dos itens, a atualização dos respectivos preços devendo ser observado para tanto o que dispõe o artigo 158 do Decreto Municipal n.º 31/2023.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA OU PREÇO REGISTRADO

8.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- I. For liberado;
- II. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/21;
- V. Praticar ato inidôneo superveniente ou comportamento irregular;
- VI. Não aceitar o preço revisado pela Administração.
- VII. Houver substancial alteração das condições do mercado.

8.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- I. Pelo decurso do prazo de vigência;
- II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- IV. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.



9. DAS RESPONSABILIDADES

9.1. FORNECEDOR:

9.1.1. O fornecimento de pessoal técnico e materiais necessários à fiel execução desta ata.

9.1.2. Assumir integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a este Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto desta licitação, isentando o Município de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

9.1.3. Assumir integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que concerne às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho previstas na legislação específica, bem como demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

9.1.3.1. A inadimplência do Fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.1.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

9.1.6. Devem fazer parte integrante dos serviços todos os elementos remunerados como: equipamentos, EPI's, mão de obra, ferramentas, materiais ou componentes, etc, que sejam necessários à completa execução e acabamento final.

9.1.7. Fornecer aos funcionários que participarão dos serviços, todos os equipamentos (EPI) na forma do que orienta a legislação para a execução dos serviços. A execução dos serviços deve ficar a cargo de uma equipe profissional com treinamento especializado, devendo esses profissionais utilizarem aparatos de segurança e seguir os manuais de boas práticas para evitar acidentes ou danos ao patrimônio, inclusive, deve adotar critérios de segurança previstos na legislação vigente para os empregados, isentando a Secretaria Municipal solicitante de quaisquer responsabilidades por eventuais acidentes de trabalho.

9.1.8. Durante a execução do serviço, o fornecedor deverá afixar cartazes, ou placas advertindo a realização dos serviços, inclusive, deve fornecer aos seus funcionários os materiais para isolamento da área de trabalho quando houver alunos, professores, ou outras pessoas no local.

9.1.9. Todos os equipamentos, materiais e produtos deverão ser recolhidos diariamente ao final de cada jornada e ficarão sob responsabilidade da empresa contratada.

9.1.10. Garantir e refazer o(s) serviço(s) executado(s) com falha e/o defeito em até 90 (noventa) dias, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente contratados.

9.1.11. Para o caso de entrega de **materiais** o fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme Norma de Procedimento Fiscal nº 095/2009 e alterações posteriores.

9.1.12. Na oportunidade da emissão da nota fiscal, deverá ser observada as informações obrigatórias sobre a descrição dos serviços/peças/componentes, identificando expressamente o valor apurado na forma da pesquisa de peças/serviços; o percentual de desconto registrado no processo licitatório; o valor já com a incidência do desconto por peças/serviços individualizados; devendo ser identificado ainda:

- a) Odômetro indicando a quilometragem atual do veículo, e no caso das máquinas pesadas, o horímetro;
- b) Ano de fabricação, marca e modelo do veículo;
- c) Nº da placa do veículo ou nº patrimônio no caso das máquinas pesadas;
- d) Nº do lote e respectivo processo de licitação;
- e) Nome da peça ou componente substituído ou agregado;
- f) Código do fabricante da peça ou componente, quando houver;
- g) Descrição completa do tipo de serviço realizado.

9.2. MUNICÍPIO:

9.2.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

9.2.2. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou entrega de bens contratados;

9.2.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;



- 9.2.4.** Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se, de forma isolada ou conjunta com o Gestor do Contrato, a respeito da suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;
- 9.2.5.** Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- 9.2.6.** Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 9.2.7.** Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 9.2.8.** Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 9.2.9.** Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 9.2.10.** Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 9.2.11.** Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 9.2.12.** Verificar a correta aplicação dos materiais, quando aplicável;
- 9.2.13.** Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

10. DA ENTREGA:

10.1. O prazo para o conserto ou manutenção dos veículos será de até 2 dias úteis. Caso esse prazo não seja razoável para os serviços de alta complexidade ou dependa de peça de difícil acesso, o mesmo poderá ser prorrogado, desde que haja justificativa aceita pelo fiscal de contrato, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

10.2. O Recebimento do objeto será realizado:

- a. Provisoriamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b. Definitivamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução desta ata, nos limites estabelecidos pela lei.

10.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Fazendo-se a opção pelo recebimento provisório, que terá prazo de 5 dias úteis, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos, e consequentemente aceito, no prazo de 10 dias úteis a contar do término do recebimento provisório.

10.6. Deverá ser observada a garantia previstas nos termos do Código de Defesa do Consumidor ou o prazo apontado pelas Secretarias interessadas no descritivo de cada item/lote.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, após conferência quantitativa e qualitativa pela Divisão responsável pelo recebimento, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance e mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a. Prova de regularidade relativo aos Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual do domicílio da empresa;
- c. Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Prova de regularidade desta também deverá ser apresentada;
- d. Prova de regularidade relativo de FGTS;
- e. Prova de regularidade relativo aos Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f. Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ).



11.2. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada na ata para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

11.3. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$; TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

12. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

12.1. O Fornecedor signatário da presente Ata será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não assinar a ata de registro de preços ou o contrato nos prazos estabelecidos neste edital ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. Advertência:

- Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. Multa:

- Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.
- Moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% do valor da Ata de Registro de Preços licitada, pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens/lotos ofertados. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

III. Impedimento de licitar e contratar:

- Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

- Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar disposto no item “12.2, inciso III” e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. As sanções previstas nos “incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II do mesmo artigo.



12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. Na eventual aplicação de alguma penalidade, poderá haver o registro no Cadastro do TCE de acordo com a Instrução Normativa nº 37/2009 do TCE/PR.

13. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. Caso o fornecedor, praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública elencado no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013 e Decreto Federal 8420/2015 ficará submetido à responsabilização objetiva administrativa regida pelo Decreto Municipal 141/2020 e sanções descritas no art. 6º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da responsabilidade penal. Para o disposto neste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **Prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **Prática coercitiva:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital.

13.2. Se os atos previstos como infrações administrativas à Lei de Licitações n.º 14.133/2021 ou a outras normas de licitações e contratos da Administração Pública forem tipificados como atos lesivos na forma da Lei Federal 12.846/13, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, no mesmo processo aplicando-se o rito procedimental do Decreto Municipal 141/2020.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As alterações, prorrogações, extinções, penalidades e multas, obedecerão Lei Federal nº 14.133/2021, e seguindo as seguintes considerações:

14.2. O fornecedor declara ter pleno conhecimento das condições contratuais, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.

14.3. Se qualquer das partes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições da presente ata e/ou seus anexos, tal fato não poderá ser considerado como modificativo das condições da presente ata, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

14.4. O Município de Cianorte se reserva no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto registrado, desde que haja conveniência administrativa para este Município, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, o fornecedor terá o direito aos ressarcimentos garantidos e previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5. Pela própria essência desta ata, a mesma não gera, em nenhuma hipótese, qualquer vínculo de origem trabalhista.

14.6. O Município de Cianorte se reserva, ainda, o direito de recusar todo e qualquer material que não atender as especificações contidas no Pregão descrito na cláusula 1.1, ou que sejam consideradas inadequadas pela fiscalização competente.

14.7. O fornecedor assumirá integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a este Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto desta licitação, isentando o Município de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

14.8. Os casos omissos serão decididos pela Administração, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº **18/2025** – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

14.9. O presente instrumento está vinculado obrigatoriamente ao Edital de licitação e seus anexos.

Fica eleito o Foro da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir com referência a presente Ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em <Data_Assinatura>.

<Nome_Representante>

<Nome_Fornecedor>

Marco Antonio Franzato

Prefeito

TESTEMUNHAS



ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATO Nº <Número_Contrato>/<Ano_Contrato> – LCT/PMC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA <Nome_Fornecedor> PARA **Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, funilaria, borracharia, entre outros, bem como, a aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados.**

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de direito Público com sede no Centro Cívico Edno Guimarães, n.º 100, inscrita no **CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28**, neste ato representada pelo seu Prefeito, **Sr. Marco Antonio Franzato**, Portador da Cédula de Identidade RG nº 3.037.024-4 SSP/PR, e do CPF nº 306.800.859-04 e

CONTRATADA:

<Nome_Fornecedor>, pessoa jurídica de direito privado, com sede à <Endereço_Fornecedor>, <Bairro_Fornecedor>, CEP <Cep_Fornecedor>, na cidade de <Cidade_Fornecedor><Estado_Sigla_Fornecedor>, inscrita no **CNPJ/MF sob nº <CNPJ_CPF_Fornecedor>**, telefone <Fone_Fornecedor>, Email: <Email_Fornecedor>, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o **Sr. <Nome_Representante>**, portador da Cédula de Identidade <RG_Representante>/<Órgão_Emissor_Representante> e do CPF <CPF_Representante>, residente e domiciliado em <Cidade_Fornecedor>/<Estado_Sigla_Fornecedor>.

Por este instrumento e na melhor forma de direito, tem entre si, sujeitando-se aos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Este contrato decorre do processo licitatório realizado pelo Contratante na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 18/2025**, do tipo **Maior Percentual de desconto por lote**, para formação de Registro de Preços, com base nas disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 31/2023 e demais legislações aplicáveis:

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente termo é a **Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, funilaria, borracharia, entre outros, bem como, a aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados.**

2.2. Os órgãos participantes do presente procedimento são:

CENTRO DE CUSTO	CÓDIGO
DIV. GESTAO CONTROLE DE FROTAS	21
FUNREBOM	86
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9
SECRETARIA DE SAÚDE	8
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL	28

<Itens_Contrato_At3>

2.3. Fazem parte integralmente do presente termo, as demais peças e documentos relevantes contidos no processo citado acima, independentemente de transcrição.

3. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. CONTRATADA:

3.1.1. O fornecimento de pessoal técnico e materiais necessários à fiel execução deste contrato.

3.1.2. Assumir integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a este Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto desta licitação, isentando o Município de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

3.1.3. Assumir integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que concerne às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho previstas na legislação específica, bem como demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

3.1.3.1. A inadimplência do **Contratado** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato



nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.1.5. Devem fazer parte integrante dos serviços todos os elementos remunerados como: equipamentos, EPI's, mão de obra, ferramentas, materiais ou componentes, etc, que sejam necessários à completa execução e acabamento final.

3.1.6. Fornecer aos funcionários que participarão dos serviços, todos os equipamentos (EPI) na forma do que orienta a legislação para a execução dos serviços. A execução dos serviços deve ficar a cargo de uma equipe profissional com treinamento especializado, devendo esses profissionais utilizarem aparatos de segurança e seguir os manuais de boas práticas para evitar acidentes ou danos ao patrimônio, inclusive, deve adotar critérios de segurança previstos na legislação vigente para os empregados, isentando a Secretaria solicitante de quaisquer responsabilidades por eventuais acidentes de trabalho.

3.1.7. Durante a execução do serviço, a Contratada deverá afixar cartazes, ou placas advertindo a realização dos serviços, inclusive, deve fornecer aos seus funcionários os materiais para isolamento da área de trabalho quando houver alunos, professores, ou outras pessoas no local.

3.1.8. Todos os equipamentos, materiais e produtos deverão ser recolhidos diariamente ao final de cada jornada e ficarão sob responsabilidade da empresa contratada.

3.1.9. Garantir e refazer o(s) serviço(s) executado(s) com falha e/o defeito em até 90 (noventa) dias, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente contratados.

3.1.10. Para o caso de entrega de **materiais** o fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme Norma de Procedimento Fiscal nº 095/2009 e alterações posteriores.

3.1.11. Na oportunidade da emissão da nota fiscal, deverá ser observada as informações obrigatórias sobre a descrição dos serviços/peças/componentes, identificando expressamente o valor apurado na forma da pesquisa de peças/serviços; o percentual de desconto registrado no processo licitatório; o valor já com a incidência do desconto por peças/serviços individualizados; devendo ser identificado ainda:

- a) Odômetro indicando a quilometragem atual do veículo, e no caso das máquinas pesadas, o horímetro;
- b) Ano de fabricação, marca e modelo do veículo;
- c) Nº da placa do veículo ou nº patrimônio no caso das máquinas pesadas;
- d) Nº do lote e respectivo processo de licitação;
- e) Nome da peça ou componente substituído ou agregado;
- f) Código do fabricante da peça ou componente, quando houver;
- g) Descrição completa do tipo de serviço realizado.

3.2. CONTRATANTE

3.2.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

3.2.2. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou entrega de bens contratados;

3.2.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

3.2.4. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se, de forma isolada ou conjunta com o Gestor do Contrato, a respeito da suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

3.2.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

3.2.6. Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

3.2.7. Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

3.2.8. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

3.2.9. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

3.2.10. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;



3.2.11. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

3.2.12. Verificar a correta aplicação dos materiais, quando aplicável;

3.2.13. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

3.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.3.1. Os serviços de manutenção poderão ser terceirizados com outras empresas especializadas do ramo no percentual de até 30% do total dos serviços, não podendo esse percentual ser elevado;

3.3.2. A subcontratação será permitida, desde que seja apresentado cópia autenticada de contrato de prestação de serviços devidamente reconhecido firma de suas assinaturas entre a subcontratada e a proponente, e desde que a contratada justifique a situação e a submeta à previa anuência dos fiscais de contrato;

3.3.3. No caso de eventual utilização dos serviços com terceiros, o fiscal de contrato não poderá permitir a subcontratação antes de verificar a capacidade técnica da empresa, da mesma forma que os requisitos técnicos para se habilitar no certame.

4. DA GESTÃO DO CONTRATO E MATRIZ DE RISCO

4.1. DA FISCALIZAÇÃO

4.1.1. O acompanhamento e fiscalização das prestações dos serviços e/ou fornecimento de bens e materiais do presente contrato e demais atribuições descritas nos art. 8º e 9º do Decreto Municipal n.º 31/2023 serão realizadas pelos seguintes fiscais de contrato: Cristiele Fabricio, Jaqueline Felix Correia Reis, Marcos Antonio Dos Santos, Sabrina Garcia Mendes, Eliabe Luro de Lima, Aline Mendes Osorio, João Paulo Maricato e Fabricio Rosário Meira.

4.1.2. As atribuições administrativas do presente contrato, especialmente as descritas no art. 7º do Decreto Municipal n.º 31/2023 serão realizadas pelos seguintes gestores de contrato: Claudia Cristina de Paula, Danielle Regina Alberti, Alessandro da Silva Brito e Rodrigo Caldeira de Moura.

4.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado em até **10 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal**, após conferência quantitativa e qualitativa pela Divisão responsável pelo recebimento, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance e mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a. Prova de regularidade relativo aos Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual do domicílio da empresa;
- c. Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Certidão Negativa desta também deverá ser apresentada;
- d. Prova de regularidade relativo de FGTS;
- e. Prova de regularidade relativo aos Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f. Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ).

4.2.2. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada na ata para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

4.2.3. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$; TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE

4.3. A Contratada deverá manter durante a execução do contrato/atas todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

4.4. DO REGIME DE EXECUÇÃO (SERVIÇOS) OU FORMA DE FORNECIMENTO (BENS)

4.4.1. **O prazo para o conserto ou manutenção dos veículos será de até 2 dias úteis. Caso esse prazo não seja razoável para os serviços de alta complexidade ou dependa de peça de difícil acesso, o mesmo poderá ser prorrogado, desde que haja justificativa aceita pelo fiscal de contrato, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.**

4.4.2. O objeto será recebido:

- a. Provisoriamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



b. Definitivamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

4.4.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.4.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4.5. Fazendo-se a opção pelo recebimento provisório, que terá prazo de 5 dias úteis, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos, e consequentemente aceito, no prazo de 10 dias úteis a contar do término do recebimento provisório.

4.4.6. Deverá ser observada a garantia previstas nos termos do Código de Defesa do Consumidor ou o prazo apontado pelas Secretarias interessadas no descritivo de cada item/lote.

4.5. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

4.5.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não assinar a ata de registro de preços ou o contrato nos prazos estabelecidos neste edital ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.5.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. Advertência:

– Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. Multa:

- Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

- Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

- Moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% do valor da Ata de Registro de Preços licitada, pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens/lotos ofertados. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

III. Impedimento de licitar e contratar:

– Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

– Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos



incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar disposto no item “4.5.2, inciso III” e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.5.3. As sanções previstas nos “incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II do mesmo artigo.

4.5.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.5.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

4.6.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI.** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII.** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

4.6.2. A análise dos critérios para verificação de ocorrência dos motivos para extinção contratual previstos observarão o Decreto Municipal n.º 31/2023, bem como as disposições contidas no Decreto Municipal nº 141/2020.

4.6.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I.** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II.** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III.** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV.** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V.** Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

4.6.4. Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a extinção Contratual e a aplicação da multa.

4.6.5. A extinção do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.



4.6.6. Declarada a extinção do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, não criando dificuldades de qualquer natureza.

4.7. Tendo em vista que o certame não se enquadra nos casos obrigatórios de elaboração de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, conforme §3º, do artigo 22 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser observada a análise simplificada dos riscos da contratação, conforme documento intitulado “Mapa de Riscos”, constante do procedimento.

5. DO VALOR

5.1. O valor a ser pago para a execução do objeto é de **R\$ <Valor_Contratado>**.

5.2. No valor acima estão incluídos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista nas alíneas “c” e “d” do inciso II do art.124 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.3.1. A Administração responderá ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em até 10 (dez) dias úteis da apresentação do protocolo pelo Contratado.

5.3.2. O presente contrato não envolve prestação de garantia contratual.

6. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

6.1. O presente contrato terá prazo de **execução até xx/xx/xx**, com início na data de assinatura deste contrato.

6.2. O presente contrato terá prazo de **vigência até xx/xx/xx**, com início na data de assinatura deste contrato.

7. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

7.1. Caso a licitante, em qualquer das fases da licitação e/ou durante a vigência e execução de contrato firmado com este ente público, praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública elencado no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013 e Decreto Federal 11.129/2022 ficará submetido à responsabilização objetiva administrativa regida pelo Decreto Municipal 141/2020 e sanções descritas no art. 6º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da responsabilidade penal. Para o disposto neste item, definem-se as seguintes práticas:

I. Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II. Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

7.2. Se os atos previstos como infrações administrativas à Lei de Licitações n.º 14.133/2021 ou a outras normas de licitações e contratos da Administração Pública forem tipificados como atos lesivos na forma da Lei Federal 12.846/13, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, no mesmo processo aplicando-se o rito procedimental do Decreto Municipal 141/2020.

8. DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. As despesas oriundas da execução do presente contrato serão cobertas com receitas provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO
253	0800210301000720483390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
253	0800210301000720483390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
348	0800810302000920603390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
353	0800810302000920603390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

358	0800810302000921453390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
364	0800810302000921453390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
255	0800210301000720483390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
255	0800210301000720483390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
285	0800310302000920513390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
284	0800310302000920513390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
286	0800310302000920513390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
285	0800310302000920513390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
355	0800810302000921453390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
361	0800810302000921453390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
269	0800310302000920493390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
268	0800310302000920493390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
333	0800710303000720593390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
336	0800710303000720593390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
270	0800310302000920493390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
269	0800310302000920493390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
346	0800310302000920493390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
310	0800410304000720563390300000	MATERIAL DE CONSUMO	510
308	0800410304000720563390300000	MATERIAL DE CONSUMO	510
345	0800810302000920603390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
350	0800810302000920603390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31494
313	0800410304000720563390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	510
310	0800410304000720563390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	510
317	0800510122000720573390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
320	0800510122000720573390300000	MATERIAL DE CONSUMO	303
319	0800510122000720573390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
322	0800510122000720573390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
406	0800510122000720573390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
335	0800710303000720593390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
338	0800710303000720593390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
427	0800710303000720593390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303
572	1300108244001920983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
578	1300108244001920983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
574	1300108244001920983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
580	1300108244001920983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
168	0600604122000421983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
168	0600604122000421983390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000
167	0600604122000421983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
167	0600604122000421983390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1000
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3104
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3104
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31013
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31013
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31043
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	31043
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1013
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1013
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1013
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1013
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1043
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1043
452	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	107
446	0900812361001220783390300000	MATERIAL DE CONSUMO	107
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	107



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	107
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3104
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3104
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3107
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3107
453	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3103
447	0900812361001220783390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3103
232	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	515
231	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	515
232	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3515
231	0700606183000621793390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3515
234	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	515
233	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	515
234	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3515
233	0700606183000621793390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3515

8.2. As dotações aqui descritas poderão, eventualmente, ser substituídas por outras no decorrer da vigência do presente contrato, em virtude da votação da Lei Orçamentária pela Câmara de Vereadores.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As alterações, prorrogações, extinções, penalidades e multas, obedecerão Lei Federal nº 14.133/2021, e seguindo as seguintes considerações:

9.2. No caso de inexecução do objeto desta licitação, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado e justificado, ficará a empresa contratada sujeita às sanções preceituadas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. A Contratada declara ter pleno conhecimento das condições contratuais, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.

9.4. Se qualquer das partes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições do presente contrato e/ou seus anexos, tal fato não poderá ser considerado como modificativo das condições do presente contrato, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

9.5. O Município de Cianorte se reserva no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto contratado, desde que haja conveniência administrativa para este Município, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a empresa contratada terá o direito aos ressarcimentos garantidos e previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6. Pela própria essência deste contrato, o mesmo não gera, em nenhuma hipótese, qualquer vínculo de origem trabalhista.

9.7. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

9.8. O presente instrumento de contrato está vinculado obrigatoriamente ao Edital de licitação descrito no item 1.1 e seus anexos.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir com referência ao presente Contrato.

10.2. E, por estarem assim, justos e contratados, declaram ambas as partes aceitarem todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas infra-assinadas.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em <Data_Assinatura>.

<Nome_Representante>

<Nome_Fornecedor>

Marco Antonio Franzato

Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

Contratada

Contratante

TESTEMUNHAS

RG:

RG:

CPF:

CPF:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 18/2025	
REGISTRO DE PREÇOS	
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, funilaria, borracharia, entre outros, bem como, a aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados, conforme especificações descritas abaixo.	
Empresa:	
CNPJ:	
Enquadramento da empresa: (Mencionar se a empresa é ME / EPP/MEI)	
Endereço:	
Fone:	
E-mail:	
Cidade/Estado:	
Tipo de licitação: Maior Percentual de Desconto por Lote.	
Este e todos os outros anexos fazem parte do edital de licitação Pregão Eletrônico nº 18/2025 como se nele estivessem transcritos.	
Entrega: O prazo para o conserto ou manutenção dos veículos será de até 2 dias úteis. Caso esse prazo não seja razoável para os serviços de alta complexidade ou dependa de peça de difícil acesso, o mesmo poderá ser prorrogado, desde que haja justificativa aceita pelo fiscal de contrato, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.	
Validade da proposta: 60 dias	Execução: 01 ano.
Propomos o fornecimento dos produtos/serviços nos valores e nos prazos mencionados, sob as condições gerais e específicas indicadas neste formulário, com as quais concordamos.	
Em ____/____/____	_____ ASSINATURA
Caso nossa empresa seja uma das vencedoras desta licitação, o contrato deverá ser assinado por:	
NOME:	
R.G	C.P.F
NOME:	
R.G	C.P.F



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

ANEXO III – continuação

LOTE 1								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	55385	1,00	UN	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 56.000,00	R\$ 424.000,00	1%	
2	58776	1,00	UN	Aquisição de Baterias para veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 32.000,00			
3	55386	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 56.000,00			
4	63834	1,00	UN	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 50.000,00			
5	63835	1,00	UN	Aquisição de BATERIAS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 20.000,00			
6	63836	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 20.000,00			
7	54764	1,00	UN	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 60.000,00			
8	59440	1,00	UN	Aquisição de BATERIAS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			
9	54765	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 40.000,00			
10	54721	1,00	PÇ	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus, da Secretaria Municipal de Assistência Social.	R\$ 15.000,00			
11	59422	1,00	UN	Aquisição de BATERIAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus, da Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 3.000,00			
12	54724	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus, da Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 10.000,00			
13	59025	1,00	UN	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 18.000,00			
14	59570	1,00	UN	Aquisição de BATERIAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 12.000,00			
15	59026	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 12.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 2								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	55389	1,00	UN	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 25.500,00	R\$ 85.000,00	1%	
2	58778	1,00	UN	Aquisição de Baterias para veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00			
3	55390	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 25.500,00			
4	68911	1,00	Un.	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 10.000,00			
5	68912	1,00	Un.	Aquisição de Baterias para veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 2.000,00			
6	68913	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 7.000,00			

LOTE 3								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	55391	1,00	UN	Aquisição de peças ELÉTRICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 110.500,00	R\$ 285.000,00	1%	
2	58779	1,00	UN	Aquisição de Baterias para veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 64.000,00			
3	55392	1,00	SVÇ	Serviços ELÉTRICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 110.500,00			

LOTE 4								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	63837	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 200.000,00	R\$ 1.432.900,00	1%	
2	63838	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 100.000,00			
3	63832	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho). Divisão de Frotas	R\$ 120.000,00			
4	63833	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos). Divisão de Frotas	R\$ 50.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 4						
5	54766	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 250.000,00	
6	54767	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 150.000,00	
7	54762	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES e GRAXAS para manutenção preventiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 100.000,00	
8	54763	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 40.000,00	
9	59027	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 56.000,00	
10	59028	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 32.000,00	
11	59023	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 16.000,00	
12	59024	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 6.000,00	
13	55393	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 147.000,00	
14	55394	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 81.000,00	
15	55377	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 24.500,00	
16	55378	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 19.400,00	
17	68914	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 20.000,00	
18	68915	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção	R\$ 12.000,00	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 4							
				preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social			
19	68916	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 5.000,00		
20	68917	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 4.000,00		

LOTE 5								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	68918	1,00	Un.	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00	R\$ 174.000,00	1%	
2	68919	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 10.000,00			
3	68920	1,00	Un.	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 5.000,00			
4	68921	1,00	Un.	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 5.000,00			
5	55397	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 66.000,00			
6	55398	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 36.000,00			
7	55381	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 22.000,00			
8	55382	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 15.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 6								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	55399	1,00	UN	Aquisição de peças MECÂNICAS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 285.000,00	R\$ 601.000,00	1%	
2	55400	1,00	SVÇ	Serviços MECÂNICOS para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 157.000,00			
3	55383	1,00	UN	Aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS DE ARREFECIMENTO e GRAXAS para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final do óleo velho).	R\$ 95.000,00			
4	55384	1,00	UN	Aquisição de FILTROS (DE ÓLEO; DE AR; DE AR CONDICIONADO e DE COMBUSTÍVEL), e outros componentes necessários para manutenção preventiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V. (Inclusa a troca e a destinação final dos filtros e/ou componentes velhos).	R\$ 64.000,00			

LOTE 7								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	63839	1,00	UN	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 60.000,00	R\$ 322.200,00	1%	
2	63840	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 30.000,00			
3	59441	1,00	UN	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00			
4	54768	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 30.000,00			
5	59029	1,00	UN	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 13.600,00			
6	59030	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 13.600,00			
7	68476	1,00	UN.	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 24.000,00			
8	68477	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 96.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 7								
9	68922	1,00	Un.	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			
10	68923	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			

LOTE 8								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	68478	1,00	Un.	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00	R\$ 117.000,00	1%	
2	68479	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 62.000,00			
3	68924	1,00	Un.	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			
4	68925	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			

LOTE 9								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	68480	1,00	UN.	Aquisição de peças de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 46.500,00	R\$ 232.500,00	1%	
2	68481	1,00	SVÇ	Serviços de FUNILARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 186.000,00			

LOTE 10								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	63841	1,00	UN	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 80.000,00	R\$ 373.000,00	1%	
2	63842	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção	R\$ 40.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 10								
				preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas				
3	54769	1,00	UN	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 30.000,00			
4	54770	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00			
5	59031	1,00	UN	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 16.000,00			
6	59032	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 12.000,00			
7	58780	1,00	UN	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 64.000,00			
8	58781	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria	R\$ 96.000,00			
9	68926	1,00	Un.	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 10.000,00			
10	68927	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Van e Micro-ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V	R\$ 10.000,00			

LOTE 11								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto	Percentual de desconto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 11								
							mínimo	proposto
1	68928	1,00	Un.	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum, da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 10.000,00	R\$ 100.000,00	1%	
2	68929	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 10.000,00			
3	58784	1,00	UN	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 32.000,00			
4	58785	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus comum da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 48.000,00			

LOTE 12								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	58786	1,00	UN	Aquisição de peças de molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, e ao alinhamento de cardan, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 124.000,00	R\$ 310.000,00	1%	
2	58787	1,00	SVÇ	Serviços de molejo, amortecedores, suspensão, alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas, alinhamento de cardan, (inclusive com geometria a laser, alinhamento computadorizado, convergência Set Back, quando for o caso) para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados, tipo Ônibus com sistema eletrônico da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 186.000,00			

LOTE 13								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	63843	1,00	UN	Aquisição de peças de AR-CONDICIONADO, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 50.000,00	R\$ 459.400,00	1%	
2	63844	1,00	UN	Aquisição de recarga de gás de AR-CONDICIONADO, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 15.000,00			
3	63845	1,00	SVÇ	Serviços de AR-CONDICIONADO, para a	R\$ 25.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 13								
				manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas				
4	54771	1,00	UN	Aquisição de peças de AR-CONDICIONADO, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 50.000,00			
5	59443	1,00	UN	Aquisição de recarga de gás de AR-CONDICIONADO, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 10.000,00			
6	54772	1,00	SVÇ	Serviços de AR-CONDICIONADO, para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			
7	59033	1,00	UN	Aquisição de peças de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 6.000,00			
8	63806	1,00	UN	Aquisição de recarga de gás de AR-CONDICIONADO, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 3.200,00			
9	59034	1,00	SVÇ	Serviços de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 3.200,00			
10	58788	1,00	UN	Aquisição de peças de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 176.000,00			
11	58789	1,00	UN	Aquisição de recarga de gás de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 12.000,00			
12	58790	1,00	SVÇ	Serviços de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 62.000,00			
13	68930	1,00	Un.	Aquisição de peças de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 9.000,00			
14	68931	1,00	Un.	Aquisição de recarga de gás de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 9.000,00			
15	68932	1,00	SVÇ	Serviços de ar-condicionado, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 9.000,00			

LOTE 14								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	63846	1,00	UN	Aquisição de materiais de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 20.000,00	R\$ 506.800,00	1%	
2	63847	1,00	SVÇ	Serviços de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS, conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de	R\$ 15.000,00			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 14								
				Frotas				
3	59444	1,00	UN	Aquisição de materiais de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00			
4	54774	1,00	SVÇ	Serviços de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 50.000,00			
5	59036	1,00	UN	Aquisição de materiais de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 6.000,00			
6	59037	1,00	SVÇ	Serviços de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 2.800,00			
7	55403	1,00	UN	Aquisição de materiais de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 121.000,00			
8	55404	1,00	SVÇ	Serviços de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 242.000,00			
9	68933	1,00	Un.	Aquisição de materiais de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00			
10	68934	1,00	SVÇ	Serviços de TAPEÇARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 15.000,00			

LOTE 15								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	58987	1,00	SVÇ	Serviços de BORRACHARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos VEÍCULOS PESADOS da SECRETARIA DE SAÚDE, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 20.000,00	R\$ 139.000,00	1%	
2	63807	1,00	SVÇ	Serviços de BORRACHARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 6.000,00			
3	58791	1,00	SVÇ	Serviços de BORRACHARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria de Educação, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 110.000,00			
4	68935	1,00	SVÇ	Serviços de BORRACHARIA para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 3.000,00			

LOTE 16								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	59038	1,00	UN	Aquisição de peças de bomba, para a manutenção preventiva e corretiva da Bomba de combate a incêndios dos veículos pesados da Secretaria	R\$ 40.000,00	R\$ 64.000,00	1%	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

LOTE 16								
				Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.				
2	59039	1,00	SVÇ	Serviços de bomba, para a manutenção preventiva e corretiva da Bomba de combate a incêndios dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Corpo de Bombeiros, conforme relação indicada no ANEXO V.	R\$ 24.000,00			

LOTE 17								
Item	Cód.	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Percentual de desconto mínimo	Percentual de desconto proposto
1	52901	1,00	UN	Peças para manutenção em radiadores de água, óleo e intercooler para equipamentos rodoviários das marcas: (KOMATSU, NEW HOLLAND, LIU GONG, CATERPILLAR, CASE, JOHN DEERE, JCB); caminhões basculantes, carroceria, furgão e operacionais das marcas: (VOLKSWAGEN, MERCEDES, IVECO, FORD), e tratores das marcas: (NEW HOLLAND, FORD, JOHN DEERE, MASSEY FERGUSON). conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 100.000,00	R\$ 160.000,00	1%	
2	52436	1,00	SVÇ	Serviços de manutenção em radiadores de água, óleo e intercooler para equipamentos rodoviários das marcas: (KOMATSU, NEW HOLLAND, LIU GONG, CATERPILLAR, CASE, JOHN DEERE, JCB); caminhões basculantes, carroceria, furgão e operacionais das marcas: (VOLKSWAGEN, MERCEDES, IVECO, FORD), e tratores das marcas: (NEW HOLLAND, FORD, JOHN DEERE, MASSEY FERGUSON). conforme relação indicada no ANEXO V. Divisão de Frotas	R\$ 60.000,00			

TETO MÁXIMO TOTAL PARA OS LOTES R\$ 5.785.800,00	VALOR TOTAL PROPOSTO PARA O TOTAL DOS LOTES R\$
--	---



ANEXO IV

Razão social:

CNPJ:

Pregão Eletrônico nº 18/2025.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, funilaria, borracharia, entre outros, bem como, a aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados.

DECLARAMOS para os fins de direito que:

- **Não** fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e nem esta suspensão em nenhum Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, bem como inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação.
- **Atendemos** plenamente aos requisitos de habilitação e cientes que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- **Cumprimos** com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- **Cumprimos** com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Os valores apresentados na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data da entrega da proposta.
- Sob as penas da lei e sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, **não possuímos nenhum dos impedimentos** previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo a empresa **enquadrada** como:
 - () Microempresa.
 - () Empresa de pequeno porte.
 - () Empresa de grande porte.

Obs.:

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:



ANEXO V

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Quando ocorrer a troca de alguma peça/componente do veículo, as peças velhas, antes de serem trocadas, deverão ser apresentadas de forma visível ao fiscal de contrato, e caso o fiscal de contrato entenda necessário, poderá ainda fotografar as mesmas com celular (preferencialmente corporativo) para eventual confrontação e fiscalização dos dados lançados na nota fiscal. O mesmo procedimento deverá ser realizado com as peças novas que substituirão as velhas.
- Na oportunidade da entrega, o fiscal de contrato verificará se os preços das peças/serviços estão acima do praticado no mercado e/ou no balcão (preços de varejo ao consumidor) da empresa contratada. Na ocorrência dessa circunstância, a aquisição do produto se dará após a aplicação do desconto registrado sobre o menor dos preços verificados.
- As peças deverão ser originais e/ou de 1ª Linha. As peças a serem fornecidas deverão atender às especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína ABNT NBR 15296 para autopeças. Ainda, serão admitidas peças de qualquer marca, desde que com as mesmas especificações técnicas e qualidades da peça que será substituída.
- Subentende-se por “originais”, produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, determinando que este produto seja inteiramente novo, sem que tenha passado por nenhum processo de reciclagem ou recondicionamento nem remanufatura, com a marca registrada e embalada na caixa original.
- Será utilizado como critério de valoração para atribuição do desconto, o preço na tabela de preço nas revendedoras autorizadas, conforme Tabelas de Tempos de Reparos e de Preços a Varejo das Peças e Acessórios, obtidas junto às concessionárias (revendas) ou aos fabricantes dos veículos, vigentes na execução dos serviços, para geração de pedido e identificação imediata da peça a ser fornecida, mediante a verificação do preço sugerido pela montadora.
- Caso a licitante não possua acesso as tabelas supramencionadas, se os produtos/serviços não constem nessas tabelas ou os valores aferidos não representem os preços de mercado do produto ofertado, a Secretaria solicitante utilizará os seguintes critérios:
 - a) Consulta a sistema de orçamentação privado a ser realizado pela Administração, a exemplo do sistema ‘TRAZ VALOR’, sem nenhum ônus adicional às empresas, ou consulta a outro aplicativo/sistema de uso comum pelos usuários/representantes do setor de peças/serviços.
 - b) O MENOR dos valores obtidos através de orçamentos pesquisados na forma dos Incisos VII ou VIII do artigo 23 do Decreto Municipal nº 31/2023, ou outro que a vier a substituí-lo.
 - c) Ainda, a Secretaria poderá utilizar sistema próprio, a exemplo do sistema ‘TEMPÁRIO’ utilizado pela Gestão de Frotas de Cianorte, cuja finalidade é de informar a carga horária aproximada do ‘tempo de reparo’ dos serviços mecânicos. Caso a licitante vencedora opte em utilizar outro sistema de informação de ‘tempo de reparo’, o fiscal de contrato da Secretaria de Educação poderá confrontar e comparar as informações do outro sistema com o sistema ‘TEMPÁRIO’, sendo que na hipótese de divergência quantitativa do ‘tempo de reparo’ entre os sistemas, prevalecerá a informação do sistema que indicar a carga horária mais vantajosa para a Secretaria de Educação, qual seja, a menor carga de horas para aquele serviço.

Observações gerais exemplificativas quanto aos serviços:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

- O serviço de Mecânica Geral consiste em serviços de mecânica em motores movidos a gasolina, álcool e diesel, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora, sistema de injeção, velas, carburadores, mangas e eixo de transmissão, bombas d'água e de gasolina, freios, embreagem, rolamentos, retentores, radiadores, válvulas, diferencial, distribuição, direção, engrenagens, magnetos, mancais, bielas, pistões e outros serviços.
- O serviço de Lanternagem (funilaria) consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, com material incluso no preço do serviço.
- O serviço de Pintura (funilaria) consiste em serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento e com secagem rápida, com material incluso no preço do serviço.
- O serviço de capotaria (funilaria) consiste nos serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança.
- O serviço de lubrificantes consiste em serviços de troca total ou serviço de reabastecimento parcial dependendo do nível em que se encontra o óleo.
- O serviço de filtros consiste em serviços de troca de TODOS os filtros pertencentes ao veículo.
- O serviço em Sistema Elétrico consiste em serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos (faróis, baterias, lâmpadas, fusíveis, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa, ar-condicionado, carga de gás, bobina e outros).
- O serviço em Sistema Hidráulico (mecânica) são Serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros).
- O serviço de Instalação de Acessórios consiste em serviço de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos.
- O serviço de Balanceamento e Alinhamento (molejo, amortecedores, suspensão, entre outros componentes necessários ao alinhamento, balanceamento, cambagem em rodas) consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo. O serviço de Suspensão consiste em Serviço de substituição e/ou conserto de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e outros serviços.
- O serviço de tapeçaria consiste em: Troca de forro; Troca de lateral da porta; Troca de cintos de segurança; Capa do motor; Manutenção de assoalho; Tapetes; Quebra sol; Cortinas; Capas para bancos em courvim; Desmontagem e montagem de tapetes e laterais das portas, para lavagem.
- O serviço de Ar-condicionado consiste em serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo.
- Os serviços de Borracharia consistem em serviços de conserto de furos, rodízio, calibragem, conserto de válvulas, serviços de trocas de pneus, bicos e rodas entre outros relacionados.

Relação de veículos:

SECRETARIA DE ESPORTE					
Nº	Nº PATRIMONIO	TIPO DE VEÍCULO	MARCA/ MODELO	PLACA	ANO
1	94144	MICRO-ÔNIBUS	M.BENZ MASCARELO GRAN MINI	ASE-1F76	2009
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					
Nº	Nº PATRIMONIO	TIPO DE VEÍCULO	MARCA/ MODELO	PLACA	ANO
1	68380	CAMINHÃO	FORD CARGO 1317E	ATR-6019	2008



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

2	79920	CAMINHÃO	AGRALE	AZY-5881	2014/15
3	81031	CAMINHÃO	M.BENZ	CBR-1308	1998
4	91461	CAMIONETE	MITSUBISHI	BDQ-6B06	2020
5	91761	CAMINHÃO	FORD CARGO 2431	QXI-0A60	2019
6	96997	CAMINHÃO	M.BENZ ATEGO 1719	RHS-5D31	2021
7	97727	CAMINHÃO	IVECO TECTOR 11-190	SDU-4B23	2022-23
8	98448	CAMINHÃO	M.BENZ ATEGO 1419	RHW-8C67	2022
9	98449	CAMINHÃO	VW-17.190	SDP-9D85	2021-22

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Nº	Nº PATRIMONIO	TIPO DE VEÍCULO	MARCA/ MODELO	PLACA	ANO
1	70153	TRATOR 4X4	JOHN DEERE 5600		2002
2	93999	VAN MASTER	RENAULT L3H2	BDJ-6H02	2019-20
3	97359	TRATOR	NEW HOLLAND H5 80		2022
4	98474	PÁ CARREGADEIRA	LIU GONG CLG835H		2022
5	88173	PÁ CARREGADEIRA	CASE 621 E		2017
6	94223	PÁ CARREGADEIRA	JCB 422 ZX		2020

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Nº	Nº PATRIMONIO	TIPO DE VEÍCULO	MARCA/ MODELO	PLACA	ANO
1	74843	VAN MC RONTAM	FIAT DUCATO	AUV-6322	2010/11
2	97023	CAMINHÃO	IVECO/DAILY	RHY-8A27	2022
4	100273	CAMINHONETE	FORD RANGER XLS	SEQ-8J47	2022/23
5	100520	CAMINHÃO	IVECO TECTOR 27.320	BED-5B03	2023/23

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Nº	Nº PATRIMONIO	TIPO DE VEÍCULO	MARCA/ MODELO	PLACA	ANO
1	68302	C. FURGÃO	FORD F4000	AGZ-2328	1997/97
2	71897	TOYOTA BANDEIRANTE	TOYOTA	AHW-0878	1988
3	70311	GM D-20	GENERAL MOTORS	LVG-0120	1988/88
4	79078	F-1000 SS	FORD	ACT-6671	1992/92
5	100727	MMC/L200 TRITON 4X4	MITSUBISHI	AWX-3160	2013/13
6	68366	TRATOR	NEW HOLLAND TL80E		2000
7	74738	VW 11.130	WOLKSWAGEN	AIV-1A14	1985/85
8	73687	1518 3 EIXOS	M. BENZ	AIU-7427	1989/89
9	68375	C. BASCULANTE	VW 26220	AQQ-0245	2008/09
10	68376	C. BASCULANTE	VW 26220	AQQ-0242	2008/09
11	68377	C. COLETOR LIXO	CARGO 1317E	AON-0916	2006/0/
12	94933	C. COLETOR LIXO	IVECO TECTOR	BEO-2I75	2020/2020
13	68384	C. CARROCERIA	FORD 12000	AFT-3806	1995/95
14	68385	C. CARROCERIA	MERCEDES 608	CPI-6808	1975
15	68388	C. CARROCERIA	MERCEDES 709	JYK-4075	1990/90
16	68395	MOTONIVELADORA	CASE 845		2010
17	68400	C. BASCULANTE	VW 14140	AAB-9663	1990/90
18	68401	C. CARROCERIA	MERCEDES 709	BJH-5419	1993/93



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

19	68405	TRATOR	NEW HOLLAND TL60E		2000
20	68410	PÁ CARREGADEIRA	CASE W20E		1997
21	98041	ROLO COMPACTADOR	XNCG		2022
22	100587	ROLO COMPACTADOR	XNCG		2023
23	70144	TRATOR	FORD 5030		1980
24	70148	TRATOR	JOHN DEERE 5600 4X2		2002
25	73689	C. BASCULANTE	VW 26220	AQQ-0241	2008/09
26	77253	TRATOR	MASSEY FERGUSON 4292		2012/12
27	78891	C. CARROCERIA	CARGO 815E	AOH-1257	2006/06
28	78892	C. CARROCERIA	IVECO DAILY 5013	ANI-9565	2005/06
29	78893	C. CARROCERIA	MERCEDES 608	AOB-6300	1986/86
30	78894	C. CARROCERIA	MERCEDES 608	AIF-5235	1985/85
31	79916	PÁ CARREGADEIRA	JOHN DEERE 524K		2014
32	80692	RETRO ESCAV.	CATERPILLAR 416E		2014
33	82498	C. CARROCERIA	MERCEDES 709	AAR-8869	1990/90
34	82544	PÁ CARREGADEIRA	CASE 621D		2015
35	82545	PÁ CARREGADEIRA	CASE 621D		2015
36	82546	MOTONIVELADORA	KOMATSU GD555		2016
37	82547	MOTONIVELADORA	KOMATSU GD555		2016
38	82567	C. BASCULANTE	CARGO 1519	BAO-6631	2016/17
39	82568	C. BASCULANTE	CARGO 1519	BAO-6625	2016/17
40	82574	C. FURGÃO	WOLKSWAGEN 8120	EKM-3924	2004/04
41	82885	PÁ CARREGADEIRA	CASE W20E		2016
42	88237	RETRO ESCAV.	JCB 3CX		2017/17
43	89244	CAMINHÃO PIPA	CARGO 1722	AUT-8565	2011/12
44	89245	CAMINHÃO PIPA	MERCEDES 1518	ASJ-4897	2010/10
45	89246	C. COMBOIO	CARGO 1317	INO-1783	2006/06
46	89610	ESCAVADEIRA	KOMATSU 160 PC		2018
47	91351	MOTONIVELADORA	NEW HOLLAND RG170B		2019
48	91352	PÁ CARREGADEIRA	JOHN DEERE 524K TURBO		2019
49	91353	PÁ CARREGADEIRA	JOHN DEERE 524K TURBO		2019
50	91487	C. BASCULANTE	WOLKSWAGEN 26280	BAN-9H29	2015/15
51	94124	MOTONIVELADORA	LIU GONG 4180D		2020
52	94227	TRATOR	NEW HOLLAND AZUL T6-110		2020
53	94316	PÁ CARREGADEIRA	LIU GONG 848H		2020
54	94932	CAMINHÃO PIPA	MERCEDES 1419	BEH-7F36	2020
55	96343	CAMINHÃO AUTO FOSSA	VW 14.190	RHJ-5196	2021/22
56	97728	CAMINHÃO CESTO	IVECO TECTOR 11-190	SDU-4B19	2022/23
57	97798	CAMINHÃO PRANCHA	M.BENZ ATEGO 3026	SDU-7116	2022/22
58	97900	CAMINHÃO BASCULANTE	M.BENZ ATEGO 2730	SDX-0F31	2022/22
59	98062	CAMINHÃO BASCULANTE	M.BENZ ATEGO 2730	SDX-2C14	2022/22

Secretaria de Educação:

QTDE.	PLACA	TIPO DE VEÍCULO	MODELO	ANO	COR	RENAVAM	PATRIMÔNIO
01	AUV 6324	VAN	VAN/ FIAT DUCATO MC RONTAM	2010/2011	BRANCA	409624799	74843
02	BCU 7G26	VAN	RENAULT MBUS FUR L2H2	2002/2002	BRANCA	801551030	68264



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

03	BBJ 2028	VAN	RENAULT MBUS L3H2	2018/2019	BRANCA	117459991 7	89478
04	AKV 0174	VAN	KIA / BESTA 12P GS	2017/2018	BRANCA	111957372 3	86628
05	SDY-4H84	MICRO ÔNIBUS PISO BAIXO COM RAMPAS ACESSÍVEIS	MPOLLO/VOLARE ACCESS EO	2022/2023	AMARELA	0132608157 5	98038
06	AND 7387	MICRO ÔNIBUS	MICROONIBUS / MARCOPOLLO VOLARE V6	2005/2006	BRANCA	866623892	74606
07	SEF 3A72	MICRO ÔNIBUS	MICROONIBUS / VOLKSWAGEN NEOBUS 8.160 ESCOLAR	2022/2023	AMARELA	0134017587 5	99019
08	AOW 6956	MICRO ÔNIBUS	MICROONIBUS / MARCOPOLLO VOLARE W8	2007/2007	BRANCA	923651543	68354
09	BBP 1529	MICRO ÔNIBUS COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE/MASCARELLO GRAN MICRO S2 / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	2016/2017	BRANCA	112908978 6	87111
10	AVD 8419	ÔNIBUS COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLLO SENIOR MIDI / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	2011/2012	AMARELA	457720522	75608
11	BUS 6611	ÔNIBUS COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	MERCEDES BENZ OF 1418 / MPOLO TORINO GVU / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	2006/2006	PRATA	886762049	86710
12	IER 5844	ÔNIBUS ARTICULADO COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	VOLVO/B58 ARTICULADO/MARCOPOLLO TORINO ARTICULADO / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	1993/1993	BRANCA	652012973	68325
13	ARL 8894	MICRO ÔNIBUS	IVECO/CITYCLASS 70C16	2009/2009	AMARELA	151741832	79080
14	ARL 8895	MICRO ÔNIBUS	IVECO/CITYCLASS 70C16	2009/2009	AMARELA	151756325	79079
15	ATI 2803	MICRO ÔNIBUS	IVECO/CITYCLASS 70C16	2010/2011	AMARELA	261564803	68318
16	ARM 4562	MICRO ÔNIBUS	MERCEDES BENZ / MASC GRANMINI O	2009/2009	AMARELA	152594280	79083
17	APQ 1001	MICRO ÔNIBUS	MARCOPOLLO / VOLARE	2001/2001	BRANCA	756714869	69535
18	ARL 8879	MICRO ÔNIBUS	VW/MASCA GRANMINI O	2009/2009	AMARELA	152200096	79082
19	ARM 8304	MICRO ÔNIBUS	VW/MASCA GRANMINI O	2009/2009	AMARELA	153192135	79081
20	ADC 4942	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1318/MARCOPOLLO TORINO	1992/1992	AZUL	605255040	68324
21	AFA 1497	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1318/MARCOPOLLO TORINO	1994/1994	AMARELA	628452640	68311
22	AFA 1485	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1318/MARCOPOLLO TORINO	1994/1994	AMARELO	628451725	68315
23	AEC 6757	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1618/MARCOPOLLO TORINO	1993/1994	AMARELA	613920864	68309
24	AEC 6797	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1618/MARCOPOLLO TORINO	1993/1994	AMARELA	613922824	68314
25	AGG 9798	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1620/BUSCAR NIELSON URBANUS	1996/1996	AMARELA	656148055	68317
26	AHZ 2321	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ / OH 1621 L/MARCOPOLLO TORINO GV	1998/1998	PRATA	702792381	68312
27	ALH 4468	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1417 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815041799	75641
28	ALH 4465	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1417 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815039930	75643
29	ALH 4463	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1417 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	814976930	75642
30	AKU 3556	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ / OF 1417 / MPOLO TORINO GVU	2002/2002	AMARELA	800978650	68323
31	AXR 8358	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ /OF 1519 R. ORE/CAIO FOZ	2013/2014	AMARELA	593635019	77735
32	AXR 8135	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ /OF 1519 R. ORE/CAIO FOZ	2013/2014	AMARELA	593630416	77737
33	AXR 8108	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ /OF 1519 R. ORE/CAIO FOZ	2013/2014	AMARELA	593642635	77736
34	ALH 8315	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1721 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815334010	78776
35	ALH 8312	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1721 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815322666	78775
36	AOB 1259	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / BUSCAR URBPLUS U	2006/2006	BRANCA	894904752	82495



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

37	AOB 2513	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / BUSCAR URBPLUS U	2006/2006	BRANCA	894986597	82494
38	ATN 7678	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E. S. ORE/CAIO APACHE VIP	2010/2010	AMARELA	280782373	68319
39	ATN 3041	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2010/2011	AMARELA	279876009	68320
40	AVN 6743	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2012/2012	AMARELA	472311743	75609
41	AXH 4024	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564678678	77733
42	AXH 4021	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564676659	77731
43	AXH 4025	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564677698	77732
44	AXH 4016	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564679380	77734
45	AXH 4019	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564674168	77730
46	ANN 7530	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / MPOLO TORINO GUV	2006/2006	PRATA	878569618	86708
47	ANP 9520	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / MPOLO TORINO GUV	2006/2006	PRATA	878953884	86709
48	ANN 7540	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / MPOLO TORINO GUV	2006/2006	PRATA	878567704	86711
49	BBL 9329	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	IVECO/GRANCLAS 150S21 E/MASCARELLO GRAN MIDI	2016/2017	AMARELA	112381824 7	88267
50	RHY-5E72	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0129662652 -8	97055
51	RHX-7G80	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0129662636 6	97054
52	SDY-4H80	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0132480539 8	97890
53	SDY-4H81	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0132607914 7	97798
54	SEA-0C71	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0132844993 6	98472

Secretaria de Assistência Social:

QTDE.	PLACA	TIPO DE VEÍCULO	MODELO	ANO	COR	RENAVAM	PATRIMÔNIO
01	AUV 6324	VAN	VAN/ FIAT DUCATO MC RONTAM	2010/2011	BRANCA	409624799	74843
02	BCU 7G26	VAN	RENAULT MBUS FUR L2H2	2002/2002	BRANCA	801551030	68264
03	BBJ 2028	VAN	RENAULT MBUS L3H2	2018/2019	BRANCA	117459991 7	89478
04	AKV 0174	VAN	KIA / BESTA 12P GS	2017/2018	BRANCA	111957372 3	86628
05	SDY-4H84	MICRO ÔNIBUS PISO BAIXO COM RAMPA ACESSÍVEL	MPOLO/VOLARE ACCESS EO	2022/2023	AMARELA	0132608157 5	98038
06	AND 7387	MICRO ÔNIBUS	MICROONIBUS / MARCOPOLO VOLARE V6	2005/2006	BRANCA	866623892	74606
07	SEF 3A72	MICRO ÔNIBUS	MICROONIBUS / VOLKSWAGEN NEOBUS 8.160 ESCOLAR	2022/2023	AMARELA	0134017587 5	99019
08	AOW 6956	MICRO ÔNIBUS	MICROONIBUS / MARCOPOLO VOLARE W8	2007/2007	BRANCA	923651543	68354
09	BBP 1529	MICRO ÔNIBUS COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE/MASCARELLO GRAN MICRO S2 / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	2016/2017	BRANCA	112908978 6	87111
10	AVD 8419	ÔNIBUS COM PLATAFORMA	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO	2011/2012	AMARELA	457720522	75608



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

		ELEVATÓRIA	SENIOR MIDI / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA				
11	BUS 6611	ÔNIBUS COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	MERCEDES BENZ OF 1418 / MPOLO TORINO GUV / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	2006/2006	PRATA	886762049	86710
12	IER 5844	ÔNIBUS ARTICULADO COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	VOLVO/B58 ARTICULADO/MARCOPOLLO TORINO ARTICULADO / COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA	1993/1993	BRANCA	652012973	68325
13	ARL 8894	MICRO ÔNIBUS	IVECO/CITYCLASS 70C16	2009/2009	AMARELA	151741832	79080
14	ARL 8895	MICRO ÔNIBUS	IVECO/CITYCLASS 70C16	2009/2009	AMARELA	151756325	79079
15	ATI 2803	MICRO ÔNIBUS	IVECO/CITYCLASS 70C16	2010/2011	AMARELA	261564803	68318
16	ARM 4562	MICRO ÔNIBUS	MERCEDES BENZ / MASC GRANMINI O	2009/2009	AMARELA	152594280	79083
17	APQ 1001	MICRO ÔNIBUS	MARCOPOLO / VOLARE	2001/2001	BRANCA	756714869	69535
18	ARL 8879	MICRO ÔNIBUS	VW/MASCA GRANMINI O	2009/2009	AMARELA	152200096	79082
19	ARM 8304	MICRO ÔNIBUS	VW/MASCA GRANMINI O	2009/2009	AMARELA	153192135	79081
20	ADC 4942	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1318/MARCOPOLLO TORINO	1992/1992	AZUL	605255040	68324
21	AFA 1497	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1318/MARCOPOLLO TORINO	1994/1994	AMARELA	628452640	68311
22	AFA 1485	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1318/MARCOPOLLO TORINO	1994/1994	AMARELO	628451725	68315
23	AEC 6757	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1618/MARCOPOLLO TORINO	1993/1994	AMARELA	613920864	68309
24	AEC 6797	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1618/MARCOPOLLO TORINO	1993/1994	AMARELA	613922824	68314
25	AGG 9798	ÔNIBUS COMUM	MERCEDES BENZ / OF 1620/BUSCAR NIELSON URBANUS	1996/1996	AMARELA	656148055	68317
26	AHZ 2321	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ / OH 1621 L/MARCOPOLLO TORINO GV	1998/1998	PRATA	702792381	68312
27	ALH 4468	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1417 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815041799	75641
28	ALH 4465	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1417 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815039930	75643
29	ALH 4463	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1417 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	814976930	75642
30	AKU 3556	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ / OF 1417 / MPOLO TORINO GUV	2002/2002	AMARELA	800978650	68323
31	AXR 8358	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ /OF 1519 R. ORE/CAIO FOZ	2013/2014	AMARELA	593635019	77735
32	AXR 8135	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ /OF 1519 R. ORE/CAIO FOZ	2013/2014	AMARELA	593630416	77737
33	AXR 8108	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ /OF 1519 R. ORE/CAIO FOZ	2013/2014	AMARELA	593642635	77736
34	ALH 8315	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1721 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815334010	78776
35	ALH 8312	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1721 / CIFERAL CITMAX U	2003/2003	PRATA	815322666	78775
36	AOB 1259	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / BUSCAR URBPLUS U	2006/2006	BRANCA	894904752	82495
37	AOB 2513	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / BUSCAR URBPLUS U	2006/2006	BRANCA	894986597	82494
38	ATN 7678	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E. S. ORE/CAIO APACHE VIP	2010/2010	AMARELA	280782373	68319
39	ATN 3041	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLLO SENIOR MIDI	2010/2011	AMARELA	279876009	68320
40	AVN 6743	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLLO SENIOR MIDI	2012/2012	AMARELA	472311743	75609
41	AXH 4024	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564678678	77733
42	AXH 4021	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564676659	77731
43	AXH 4025	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564677698	77732



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

44	AXH 4016	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564679380	77734
45	AXH 4019	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	VW/15.190 EOD E.HD ORE/MARCOPOLO SENIOR MIDI	2013/2013	AMARELA	564674168	77730
46	ANN 7530	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / MPOLO TORINO GUV	2006/2006	PRATA	878569618	86708
47	ANP 9520	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / MPOLO TORINO GUV	2006/2006	PRATA	878953884	86709
48	ANN 7540	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	MERCEDES BENZ OF 1722 / MPOLO TORINO GUV	2006/2006	PRATA	878567704	86711
49	BBL 9329	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	IVECO/GRANCLAS 150S21 E/MASCARELLO GRAN MIDI	2016/2017	AMARELA	112381824 7	88267
50	RHY-5E72	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0129662652 -8	97055
51	RHX-7G80	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0129662636 6	97054
52	SDY-4H80	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0132480539 8	97890
53	SDY-4H81	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0132607914 7	97798
54	SEA-0C71	ÔNIBUS COM SISTEMA ELETRÔNICO	ÔNIBUS VOLKSVAGEM/NEOBUS 15.190 ESC	2022/2023	AMARELO	0132844993 6	98472

FUNREBOM:

QTDE.	PLACA	TIPO DE VEÍCULO	MODELO	ANO	COR	RENAVAM	PATRIMÔNIO
01	BEA-8D34	VAN	FIAT DUCATO MC	2019/2020	VERMELHO	1228366133	100003915021 – SESP - PARANÁ
02	AXH-1328	VAN	MERCEDES-BENZ 415	2012/2013	VERMELHO	564615609	100003875260 – SESA - PARANÁ
03	SEU-8I14	VAN	MERCEDES-BENZ 417 FLASH AMB	2023/2024	VERMELHO	1361187716	-
04	AML-9I30	CAMINHÃO	FORD CARGO 815	2004/2004	VERMELHO	846495520	74746 - Município de Cianorte
05	ARW-6H22	CAMINHÃO	VOLKSWAGEN 17.250 CNC	2009/2009	VERMELHO	172454239	100003108511 – FUNCBC- PARANÁ
06	BDI-6D42	CAMINHÃO	VOLKSWAGEN 17.280 TRIEL BOM	2019/2020	VERMELHO	1202379629	100003891460 – SESP- PARANÁ
07	AEU-4J98	CAMINHÃO	MERCEDES-BENZ L1618	1994/1994	VERMELHO	624028364	74751 - Município de Cianorte
08	SEY-3G02	CAMINHÃO	IVECO TECTOR 27.320	2023/2023	VERMELHO/ BRANCO	1368496900	100520 - Município de Cianorte

Secretaria de Saúde:

Nº	TIPO	VEÍCULO	PLACA	PAT.	RENAVAM	ANO
1.	AMBULÂNCIA	FIAT DUCATO	BDR 9H99	91856	1216516240	2019
2.	VAN	RENAULT MASTER	BDD 6F66	89995	1194331855	2018
3.	MICRO ÔNIBUS	MARCOPOLO VOLARE ÔNIBUS - COMODATO	AYT 4866	81108	1017376520	2014
4.	AMBULÂNCIA	RENAULT - COMODATO	AZP 5C38	81109	1048875722	2015
5.	VAN	MERCEDEZ/SPRINTER	BCL 0877	89236	1164583481	2018



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº 18/2025 – Protocolo 15917/2024
Processo 17962/2024

6.	ÔNIBUS	IVECO/ COMIL VERSATILE R adaptado	BDH 3G52	90653	11999932229	2019
7	AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER	BDS 7C19	91713	1217065153	2019
8.	MICRO ÔNIBUS	VOLARE V8L adaptado	BEQ 9I35	94593	1247861470	2020
9.	VAN	RENAULT MASTER	BEW 5E02	94721	1253684178	2020
10.	AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER	BEZ 2J13	94930	1257091368	2020
11.	VAN	RENAULT MASTER	APF 0936	95545	00934100713	2007
12.	AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER	RHF 7J77	95350	01267955950	2021
13.	VAN	RENAULT MASTER	RHM 4G27	95501	1278754641	2021
14.	CAMINHONET E	MITSUBISHI L200	BCP 5950	89469	1170821623	2018
15.	VAN	FORD TRANSIT	SDZ 3E21	98175	1327182618	2022
16.	VAN	FORD TRANSIT	SEE 4L10	98746	1339127978	2022
17.	VAN	RENAULT MASTER	BEW 5E06	94722	1253685131	2020
18.	VAN	RENAULT MASTER	BEW 5E07	94723	1252370242	2020
19.	VAN	RENAULT MASTER	BEW 5E05	94770	1252371109	202
20.	VAN	FIAT DUCATO	AUV 6322	74843	409675830	2010
21.	AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER	SES 1A39	100277	01356194378	2023
22.	AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER	SES 1A40	100278	01356193398	2023
23.	MICRO ÔNIBUS	MARCOPOLO VOLARE	SEG 7E36	98779	01342092756	2022